Boletim apubh

www.apubh.org.br

.:: Associação Profissional dos Docentes da UFMG - ANO XXIV Nº 16 - JULHO DE 2002 ::.

educação
de qualidade

autonomia

carreira

lazer

estabilidade

verbas públicas

dívidas

condições
de trabalho

eleições

ciência e tecnologia

cultura

hospital universitário





Conversa do deputado Sérgio Miranda com a Diretoria da APUBH, sobre conjuntura internacional, nacional e eleições, dia 15 de julho, na sede da APUBH.

Análises:

Gratificação e controle do trabalho docente pág. 3

APUBH e os Hospitais Universitários pág. 6

Veja também nesta edição:

Você sabe o que é o FUST? E software livre? Leia nas págs 4 e 5.

Chamada de artigos para Revista Caminhos. Veja os editais. Pág. 7

Semana do Estudante na UFMG - Contra a mercantilização da educação de 11 a 18 de agosto. Pág. 8

Debate internacional sobre dívida externa e interna, dia 30 de agosto. Pág. 8

III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia da ANDES. Pág. 8

Plebiscito Nacional da ALCA. Pág. 8

Editorial

A Crise e um novo rumo para o Brasil

O Editorial da Folha de São Paulo de 28 de julho de 2002 intitulado "O medo da depressão" aponta que "...a esquizofrenia entre riqueza criada na produção e acumulação de capitais financeiros torna a economia mundial instável. [...] A euforia financeira recente termina como terminaram outras, destruindo empresas, moedas e governos" (p.A2). Assistimos nas últimas semanas, à turbulências generalizadas nas taxas de câmbio e nas bolsas de valores por todo o planeta. No Brasil cada vez mais a comparação com a "Crise Argentina" como destino inescapável torna-se evidente. É certo que esta crise não se restringe ao Brasil como o governo FHC tentou vendê-la ao povo brasileiro, como reflexo do momento de instabilidade política produzida pelo processo eleitoral. Ela é de âmbito internacional e tem caráter estrutural irradiando-se a partir dos Estados Unidos para os demais países do planeta, e em especial para a América Latina. "A economia dos Estados Unidos, bichada por um crescimento apoiado numa farra especulativa, gira sobre si mesma, subindo e descendo, sem conseguir decolar e, ao contrário, apresenta sintomas graves de falta de confiança, tantos dos investidores, quanto dos consumidores" (SADER, 2002*).

Os EUA vêm acumulando gigantescos déficits na balança comercial (que registra o saldo entre exportações e importações) e na conta corrente do balanço de pagamentos, razão pela qual a potência hegemônica do imperialismo responde também pela maior dívida externa do planeta. Tais desequilíbrios estão na origem da crise financeira internacional e foram agravados com a crise das bolsas americanas, decorrentes da queda dos lucros e insolvência de grandes empresas do império, como a WorldCom, que acaba de anunciar concordata (a maior da história dos EUA).

Tudo isto tem levado não só a uma progressiva queda do dólar em relação ao euro e ao iene, mas principalmente a uma contração do fluxo de capitais estrangeiros e a uma reversão dos investimentos em direção aos mercados europeus e asiáticos e em detrimento dos EUA e da América Latina.

O Brasil, por conseqüência, caminha no rumo da moratória. A responsabilidade maior por tudo isto é do governo FHC, que impôs à nação, apesar das advertências feitas pela oposição, a política ditada pelo FMI que resultou em crescente desnacionalização e entrega do patrimônio público (por via das privatizações) ao capital estrangeiro. Tudo isto resultou no crescimento extraordinário do passivo e da dívida externa, que exacerbaram a vulnerabilidade e dependência externa. Para fazer frente à necessidade de financiamento do balanço de pagamentos, o Brasil precisa de captar algo em torno de 50 bilhões de dólares anualmente no mercado financeiro mundial. Na medida em que a fonte de financiamento externo seca, como é o caso hoje, a economia caminha inevitavelmente para a moratória.

O recurso das classes dominantes e do governo FHC é em tais circunstâncias o FMI, um órgão que longe de possuir a isenção que aparenta segue as ordens superiores que partem de Washington, cuja orientação reacionária e prepotente salta aos olhos. O acordo com o FMI, assinado recentemente, embora possa aliviar a curto prazo a crise cambial, certamente nao é a solução. A médio prazo estaríamos de novo às voltas com a perspectiva de insolvência e com uma crise econômica (política e social) muito mais grave.

A crise evidencia a necessidade de ruptura com a política neoliberal e o FMI e a busca de um novo rumo para o Brasil, a implementação de um modelo sustentado pela poupança e o mercado interno, que pressupõe uma política de valorização do trabalho, o aumento da massa salarial (que vai resultar no crescimento da capacidade de consumo do nosso povo) e deve contemplar como prioridade a redução da jornada de trabalho.

Somente um novo governo, comprometido com mudanças necessárias na política econômica, será capaz de propor e liderar ações que beneficiem o conjunto da população brasileira.

* SADER, Emir
http://agenciacartamaior.uol.com.br/boletim, 23/07/2002.



expediente

apubh

Presidente:
Fernando Fidalgo
1º Vice-Presidente:
Rosângela Carrusca Alvim
2º Vice-Presidente:
Bruno Rabelo Versiani
1ªSecretária:
Otávia Fernandes S Rodrigues
2º Secretário:
Marta Pinheiro Aun
1º Tesoureiro:
José Antônio Armanelli
2º Tesoureiro:
Celso Pereira Fonseca
1º Suplente:
Vera Lúcia Fernandes
2º Suplente:
Tânia Lúcia Hirochi

Jornalista Responsável:
Cássia Torres de Carvalho
Registro Profissional 5548 DRT/MG
Diagramação e arte:
Leonardo Vilar Costa

R. Artur Itabirano, 70
São José/Pampulha
BH - MG - 31275 020
Tel.(31) 3441 7211Fax:(31) 3441 1303
www.apubh.org.br
apubh@apubh.org.br

Análise

Gratificações e controle do trabalho docente

Nós, professores das universidades federais brasileiras, não somos, atualmente, remunerados mediante uma única forma.

Continuamos a ser remunerados pelo tempo de trabalho que colocamos à disposição do empregador, recebendo uma remuneração pré-definida e independente da nossa produtividade, o chamado vencimento básico, nosso salário. Contudo, esse salário não está sendo mais a única forma de remuneração que temos auferido e nem tão pouco a mais importante fonte dos rendimentos com os quais buscamos assegurar a nossa subsistência.

A fonte mais importante provém das gratificações, um meio que o Governo Federal vem utilizando para se desembaraçar das nossas pressões por reajuste salarial. Trata-se de política aplicada de forma diferenciada, destinada a tornar menos árdua a falta desse reajuste, e que tem como agravante o fato de vir como um complemento não incorporado aos nossos salários, que pode ser suspenso a qualquer momento.

A GAE, Gratificação de Atividade no Executivo, foi criada pela Lei Delegada nº 13 de 27 de agosto de 1992. A GED, Gratificação de Estímulo à Docência, concernente ao trabalho dos professores de 3º grau, foi criada pela Lei nº 9.678 de 3 de abril de 1998. A GID, Gratificação de Incentivo à Docência, específica para professores de 1º e 2º graus em atividade nas IFES (Instituições Federais de Ensino), foi criada pela Lei nº 10.187 de 12 de fevereiro de 2001.

Essas gratificações repousam sobre o mesmo princípio: um salário-base fixado em um nível claramente insuficiente, considerando as necessidades de reprodução da nossa força de trabalho, a sobrevivência digna de nossas famílias e os preços de mercado para categorias ocupacionais de nível técnico e científico correspondente ao nosso.

No caso das duas últimas gratificações acima referidas, a GED e a GID, elas foram instituídas sob a alegação de que seriam um instrumento de estímulo individual para uma atitude mais comprometida do professor com as atividades de ensino e com a produtividade docente em geral.

Nesse sentido, fórmulas têm surgido no sentido de determinar patamares mínimos de produtividade, a partir dos quais confere-se, a nós professores, o direito a receber os tais incentivos, em sua integralidade ou em parte.

Sobre essa questão concernente à sistemática de pagamentos através de gratificações, serão destacados, aqui, três pontos que merecem uma reflexão mais fundamentada, para a qual se espera uma maior atenção de todos nós.

O primeiro ponto a considerar refere-se ao momento histórico em que estas gratificações passaram a vigorar nas universidades federais brasileiras. Coincidentemente, elas aí chegam na década de 90, próxima passada, muito tempo depois de F. Taylor, o mesmo que idealizou a chamada administração "científica" do trabalho, ter preconizado o sistema de pagamento por rendimento no início do século passado, como um dos elementos de controle do trabalhador.

Faz, portanto, sentido tentar responder algumas perguntas. Por que o Governo Federal passou a se interessar por essa forma de regulação e de controle do trabalho docente, mediante avaliação de sua produtividade? O que essa medida tem a ver com a reforma do Estado, com a redução dos investimentos públicos e com a hipótese da progressiva privatização da universidade pública brasileira? Que relações se estabelecem entre a lógica do chamado produtivismo e a racionalidade instrumental do mercado?

O segundo ponto a ser destacado se apóia na existência de pressupostos que questionam as condições de aplicabilidade desse sistema de remuneração por rendimento. Conjetura-se que ele seria aplicável desde que fosse possível o rendimento pessoal depender da vontade do assalariado e das suas capacidades pessoais e desde que fosse também possível contabilizar objetivamente sua produtividade.

Ora, questiona-se se essas condições existem na realidade do trabalho do docente.

Primeiro, porque parte considerável do trabalho dos professores está submetida a uma dinâmica coletiva e relativamente independente de sua vontade, situação ignorada pela lógica de gestão assentada em "incentivos" fundamentalmente individuais.

Segundo, porque as capacidades de trabalho dos professores são também produtos das capacidades da instituição, mas essas condições infra-estruturais e organizacionais não são levadas em consideração quando se avaliam individualmente os rendimentos do trabalho do professor.

Terceiro, porque as sistemáticas de avaliação da produtividade do trabalho docente, que têm sido praticadas pelas universidades federais brasileiras, têm padecido de uma visão industrialista, que privilegia a quantificação dos fluxos dos produtos, o volume da produção num dado recorte temporal, sem levar em consideração suas características qualitativas, apresentando riscos de distorções graves, pois ignoram diferenças fundamentais entre as produções docentes conforme as áreas de conhecimento e níveis de atuação, a impossibilidade de padronização dos nossos processos de trabalho, a compreensível falta de reciprocidade entre os atores envolvidos com relação aos resultados esperados e a necessidade de contemplar critérios temporais e de exigências de recursos diferentes conforme os tipos e objetivos das atividades que passam por essas avaliações.

Nesse sentido, é legítimo indagar se essas gratificações em vez de estarem servindo para incentivar nossa produtividade, não estariam, de fato, funcionando como desestímulo e mesmo como punições?

O terceiro e último ponto concernente a essa sistemática de pagamentos através de gratificações e que merece uma reflexão mais fundamentada se refere às implicações dessa forma de controle para a constituição da identidade e da consciência profissional docente.

A forma salarial tem sido um dos fatores de estratificação e de identificação social. Ela tem sido utilizada, socialmente, para discernir e reconhecer as posições de prestígio, os meios de mobilidade e de reprodução referentes às diferentes ocupações e profissões.

Entretanto, o dispositivo das gratificações tem tido um peso bastante significativo no conjunto da remuneração dos professores, em detrimento do reconhecimento salarial juridicamente regulamentado.

Assim, faz sentido perguntar sobre as finalidades e os efeitos que esse dispositivo tem produzido no nível da identidade e da consciência profissional, partindo-se da premissa de que ele é também um convite aos professores a fazerem a interiorização dos objetivos que o Governo Federal tem com essa política.

Profa. Lucília Machado
Departamento de Carreira e Trabalho Docente
da APUBH

A UFMG e a luta contra a exclusão digital

Foi realizado no ICEX, dia 31 de julho, com o apoio da APUBH e do DCE, o Seminário sobre 'Exclusão Digital'. Foram tratados temas como a utilização do software livre, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST e a Proposta do Laboratório de Acesso à Internet, do Departamento de Ciência da Computação da UFMG que vem de forma simplificada e eficiente, ser uma alternativa viável ao Programa de Telecomunicações do FUST, que privilegia, no seu edital, o monopólio da Microsoft.

Software Livre

Software livre é todo aquele programa de computador que garanta aos seus usuários a liberdade de executar, distribuir, estudar e modificar seu conteúdo. Uma pessoa pode aperfeiçoar um software e compartilhar sua autoria, não pode, entretanto, usurpá-la ou vendê-lo. A associação ao conceito de domínio público deu nova dimensão à propriedade intelectual, colocando-a a serviço da sociedade e dos interesses coletivos. Ao optar por um software livre, a administração pública tem garantida a liberdade de execução do programa para qualquer propósito; a liberdade de conhecimento pode estudar o funcionamento do programa e adaptá-lo livremente à suas necessidades; e a liberdade de compartilhamento sendo que uma única cópia do programa pode ser utilizada por todos os funcionários de um mesmo órgão público ou por qualquer outro ente, seja ele pessoa física ou jurídica, sem custos adicionais.

Segundo Sérgio Miranda, deputado federal pelo PCdoB mineiro, esse é o seu primeiro grande paradigma: a liberdade de copiar. *"Ao contrário do conceito de patente que prevalece hoje como um instrumento de dominação de países ricos sobre os pobres e os em desenvolvimento, a liberdade de cópia resguarda a propriedade intelectual, mas preserva o interesse público"*.

O debate em torno do tema ampliou a compreensão e o interesse da sociedade brasileira, provocada pela posição intransigente do MEC e da Anatel no Programa FUST Educação. O monopólio da Microsoft, combatido em vários cantos do mundo, também ajudou a despertar esse interesse. Preconceitos estão sendo desmontados e à própria comunidade são apresentados novos desafios.

FUST-Educação

O FUST-Educação (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), instituído em agosto de 2000, com o objetivo de viabilizar recursos para a democratizacão de acesso à comunicação do país, é uma das ações do Programa Telecomunidade. Há nove meses, a Justiça concedeu liminar suspendendo o edital de licitação onde seriam comprados 290 mil computadores, 46 mil impressoras e 16 mil scanners e outros equipa-mentos para 13.237 escolas públicas de ensino médio e profissionalizante, distribuídas por mais de cinco mil municípios. O Tribu-nal de Contas da União suspendeu cau-telarmente o edital para analisá-lo à luz das denúncias de irregularidades apresentadas pelos deputados Sérgio Miranda e Walter Pinheiro.



Prof. Sérgio Campos (sentado) e Deputado Federal Sérgio Miranda no debate sobre exclusão digital realizado no ICEX.

A suspensão do edital na Justiça se prendeu ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas se fundamenta na fragilidade da proposta elaborada em conjunto pela Anatel e pelo MEC. No TCU, o assunto está merecendo uma análise bastante profunda em seus diversos aspectos: pedagógico, tecnológico e legal, no campo das telecomunicações e do direito público. Nesses últimos nove meses, Anatel e MEC ficaram transferindo responsabilidades entre si de maneira a impedir qualquer possibilidade concreta de diálogo ou mudanças no edital.

Segundo carta aberta escrita por Miranda ao Presidente da República, o edital é mal elaborado, com uma concepção esdrúxula de universalização, um projeto pedagógico pífio, uma proposta de informática frágil e o fortalecimento de monopólios das concessionárias de serviços de telecomunicações e da Microsoft.

Em reunião ocorrida no ministério das comunicações, que contou com a presença de deputados do PT e do PCdoB, a Federação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, e o CIPSGA, junto ao Ministro das Comunicações e seus assessores, foi apresentado pelo ministério a disposição em incluir no próximo edital do FUST, a obrigatoriedade de existência dos dois sistemas operacionais (proprietário e livre). Do ponto de vista do movimento free software brasileiro, isto representará uma enorme vitória, pois estará possibilitando a existência de 290 mil computadores com software livre, que serão acessados por mais de 7 milhões de alunos.

Apesar de o governo ter desistido de usar o dinheiro do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para socorrer as concessionárias de telefonia fixa, segundo Sérgio Miranda, até hoje, essa relação entre o dinheiro do FUST e a informatização de serviços públicos só existiu na fantasia do marketing. "O Fundo tem em caixa R$ 1,8 bilhão e nunca se aplicou um só real em escolas ou saúde. O dinheiro é arrecadado, embolsado e guardado para engordar o superávit primário, do qual a propaganda do governo tanto se orgulha. O dinheiro do FUST tem duas origens. Dois terços vêm das vendas de concessões e do patrimônio nacional. O outro terço vem dos cidadãos, por meio da cobrança de uma taxa de 1% sobre a receita das empresas de telefonia. Em vez de usar o dinheiro para os propósitos que anunciou, o governo o esteriliza, guardando-o numa conta do Tesouro em que, no fim de 2001, havia R$ 80 bilhões. Com essa manobra, que não se dá só com os recursos do FUST, habilita-se a emitir papéis da dívida pública, so-bre os quais paga juros de 18,5%. Você telefona, paga uma taxa para informa-tizar as escolas e o dinheiro é entesoura-do para produzir dívida. Essa é a lógica do superávit primário".

Proposta da UFMG

Nos últimos meses tem havido intenso debate a respeito da melhor solução de software a ser adotada em mais de 13.000 escolas que serão contempladas pelo programa FUST (Fundo de Universalização dos Serviços em Telecomunicações) Telecomunidade. A proposta do edital é de se instalar Windows ME em 80% das máquinas, sendo o restante contemplado com o "Computador Popular da UFMG", utilizando o sistema operacional Linux e destinadas primariamente à navegação Internet.

Professores do Laboratório de Universalização de Acesso à Internet, do Departamento de Ciência da Computação da UFMG elaboraram uma Proposta Alternativa para o Programa Telecomunidade do FUST. Segundo a proposta, existe solução melhor no mercado que se baseia no uso de dois servidores, um Linux e outro Windows e várias máquinas-cliente que não dispõem de dispositivos de armazenamento local, diminuindo seu custo. Através do uso de dois servidores torna-se possível a utilização de ambos os sistemas, Linux e Windows de forma simplificada e eficiente, ao mesmo tempo em que diminui o custo em mais de 30%. Dentre as várias vantagens apresentadas pela proposta dos professores da UFMG pode-se ressaltar não apenas vantagens financeiras mas também, pedagógicas e operacionais.

Seis meses depois da concessão da liminar se conseguiu reunir a Anatel, o MEC e o Ministério das Comunicações numa mesma mesa. Convidados para debate na Comissão de Educação na Câmara foram obrigados a se calar diante da força da solução apresentada por professores do Departamento de Ciência da Computação da UFMG, desmascarando o indesculpável favorecimento à Microsoft no edital. Até mesmo o secretário nacional de Educação a Distância do MEC, Pedro Paulo Popovic, defensor intransigente da Microsoft, teve de admitir a adoção da proposta que reduzia em 30% o custo do projeto e ainda oferecia os dois sistemas operacionais.

O então ministro Pimenta da Veiga solicitou à oposição uma proposta de acordo sobre o programa. A proposta foi apresentada, mas o acordo não foi possível, principalmente porque esbarrou numa compreensão equivocada que pretendia que os recursos do FUST ficassem restritos às empresas que contribuem para sua formação. Segundo Sérgio Miranda, "se essa regra for generalizada, o Fundo contra a Pobreza somente será usado com os bem-aquinhoados que para ele contribuem."

Enquanto a democratização de acesso à informática não passa do projeto, em Belo Horizonte, uma parceria entre a UFMG, a Prodabel e a Secretaria Municipal de Educação mantém duas escolas municipais no Projeto LabFUST, um laboratório piloto para universalização de acesso às telecomunicações. O projeto utiliza o computador popular, com software livre, desenvolvido pela UFMG. Isso representa uma economia de 36% no processo em comparação à adoção do software proprietário, como Windows. "Estamos constatando na prática que é possível viabilizar o acesso à informação para a população através das escolas. Não há motivo para se deixar 5 milhões de alunos alheios a esse processo, declara o coordenador do LabFUST Marconi Campos.

Refletindo bem o atual momento do software livre no Brasil e no mundo, aconteceu em Porto Alegre entre os dias 2 e 4 de maio, o III Fórum Internacional de Software Livre. O evento contou com a participação de representantes de 11 países e de 26 estados brasileiros, num total de quase 3 mil inscritos - 266 convidados se revezaram em 290 horas de atividades em palestras e oficinas. Em paralelo foi organizada uma mostra com 24 empresas que apresentaram suas soluções baseadas em software livre.

Segundo Sérgio Miranda, atualmente estamos vivendo outra grande transformação. O software livre e seu código-fonte aberto trazem um questionamento claro ao poder daqueles que querem subjugar o conhecimento acumulado pela humanidade e, simplesmente, transformá-lo em mercadoria e lucro. Mais ainda, querem utilizá-lo como instrumento de dominação de povos e nações.

De acordo com matéria publicada na INFO Exame, o custo total de manutenção do Linux é de 45% a 80% mais baixo do que o do Unix, segundo pesquisa do IDC divulgada pelo site vnunet.com. "O Linux está se mostrando uma alternativa de custo viável ao Unix para empresas que trabalham através de internet, intranet, externet e trabalho colaborativo." Não é à toa que a Nokia elegeu os Programas Java e Linux para o desenvolvimento de plataformas e aplicações direcionadas à evolução da telefonia móvel, especialmente para a convergência do tráfego de dados e voz.

Para Sérgio Miranda, é legítimo que empresas pequenas, médias e grandes se organizem em torno do software livre, invistam recursos e queiram retorno. Como também é legítimo que profissionais queiram receber, sobreviver e viver do software livre. Além da eficiência, para se consolidar ele precisa também ser viável economicamente.

O desafio da comunidade, acrescenta, é crescer, respondendo aos novos desafios, sem perder a vitalidade que a liberdade de cópia inspira e permite. O software livre é, principalmente, uma grande oportunidade de criatividade em um processo pedagógico ímpar, porque questiona a comunicação direcionada e autoritária. A comunicação passa a ter mais de uma direção. O usuário deixa de ser um receptor passivo de soluções. Pode, se quiser, modificar, adaptar e remodelar o programa de informática que está em suas mãos. O seu único compromisso é não romper essa corrente libertária. Tudo que se produz também é público.

Na opinião do deputado, é possível sobreviver sem esse controle sobre o produto final, pois o conceito deve ser outro, deixando de assentar-se sobre o capital e passando a favorecer o trabalho. As empresas e as pessoas deixam de usufruir da propriedade sobre conhecimentos que só existem porque inúmeros outros homens e mulheres existiram antes e produziram outros conhecimentos e passam a se remunerar por serviços prestados como a atualizações de programas, adaptações, assistência técnica etc.

Portanto, software livre é sinônimo de liberdade, de solidariedade, de trabalho em comunidade, de controle social sobre o conhecimento, conclui Sérgio.

Participe você também do Boletim APUBH! Envie matérias para comunicacao@apubh.org.br. Visite também nosso site (www.apubh.org.br), confira as últimas notícias no Jornal Mural (afixado nas unidades) e no Boletim Eletrônico (enviado por e-mail).

Análise

APUBH e os Hospitais Universitários O Hospital das Clínicas da UFMG

Tendo em vista a importância dos Hospitais Universitários (HU), o Boletim da APUBH tem grande interesse em divulgar informações para abrir discussões sobre esses Hospitais de Ensino, dando enfoque especial ao Hospital das Clínicas da UFMG. Atualmente, os HU vêm dedicando um crescente espaço a atendimentos ao SUS (Sistema Único de Saúde), passando a ser imprescindíveis para a rede assistencial como qualquer outro hospital municipal ou regional. Essa é uma atuação importante, porém seu papel acadêmico é fundamental e deve ser prioritário. Há uma evidente crise de identidade instalada nos HU que, mergulhados em dificuldades financeiras, também já destinam uma parte de seus serviços e leitos para atendimentos a convênios com a área privada.

O HC/UFMG é um hospital geral universitário, constituindo uma Unidade Especial da UFMG, diretamente vinculada à Reitoria (Órgão Suplementar da Universidade). Tem por missão desenvolver a formação e a capacitação de Recursos Humanos, a Pesquisa na área de saúde da população e, inserido no Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais, constituir-se como referência para áreas específicas. Foi criado no dia 21 de agosto de 1928 mas, só em 1955, passou a se chamar Hospital das Clínicas. Está localizado no Campus da Saúde, na região hospitalar de Belo Horizonte, ao lado das Faculdades de Medicina e de Enfermagem.

O HC/UFMG é um campo privilegiado de aprendizagem dos profissionais de saúde, proporcionando contínua atividade de formação, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento dos alunos da Área de Saúde da UFMG. A Faculdade de Medicina tem o maior contingente de alunos (1300/ano) que devem desenvolver 70% da carga horária curricular em atividades práticas, caracterizadas pelo treinamento em serviço nos ambulatórios, Unidades de Internação e Serviços de Apoio Propedêutico e Terapêutico.

Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Nutrição e Fonoaudiologia são outros cursos da UFMG, que também utilizam as instalações e serviços do Hospital para ensino e treinamento de seus alunos, com uma média de 540 alunos/ano. Além dos cursos de graduação, cerca de 240 médicos realizam treinamento em 25 diferentes programas de Residência Médica e cerca de 190 alunos desenvolvem trabalhos de mestrado e doutorado, tendo no hospital seu campo de pesquisa clínica. As linhas de pesquisa são variadas mas podem-se destacar as áreas de Doenças Infecto-Parasitárias, Oncologia, Materno-Infantil, Endocrinologia, Dermatologia, Gastroenterologia e Psico-farmacologia. Outras universidades (UFOP e UFV, Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina - FAFEOD) mantêm convênios com o HC/UFMG, visando oferecer estágios de qualidade para seus alunos de cursos de Nutrição e Enfermagem. Alunos dos cursos de Auxiliar e Técnico de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira (Secção MG), da Escola de Enfermagem da UFMG e SENAC, também fazem estágio no HC/ UFMG.

Atualmente, as suas áreas mais destacadas de assistência são: Setor de Transplantes: trata-se do único hospital público do estado que realiza sistematicamente transplantes de fígado e medula óssea. Hematologia: um dos poucos centros que atendem leucêmicos pelo SUS, com cerca de 1000 atendimentos, além da realização de todos os exames necessários. Pacientes portadores do vírus da AIDS: o Hospital é Centro de referência para atendimento pelo SUS. Gravidez de alto risco: um dos poucos serviços na rede pública habilitados para assistência à gestação de alto risco, o que levou a Secretaria Estadual de Saúde a firmar convênio em plena vigência da atual crise para permitir a continuidade do mesmo. Medicina fetal: um dos poucos centros do estado aptos a realizar diagnóstico pré-natal e procedimentos terapêuticos no feto destinados a pessoas carentes. Unidade neonatal: serviço de referência para recém-nascidos como prematuros e portadores de anomalias congênitas. Infertilidade e fertilização in vitro: único hospital público a realizar fertilização in vitro e outros procedimentos modernos de tratamento de casal infértil. Hemodiálise e transplante renal: também de grande importância à comunidade, sendo alvo de convênio específico com a Secretaria Estadual de Saúde. Pneumologia: um dos poucos centros no Estado que atende a pacientes afetados por fibrose (mucoviscidose). Genética médica: único Hospital público do Estado que conta com serviços de genética médica para diagnóstico de malformação e aconselhamento genético. Hipertiroidismo congênito e fenilcetonúria: todos os pacientes diagnosticados no teste do pezinho, realizado em convênio com a Secretaria de Saúde, diversas Secretarias Municipais de Saúde e Faculdade de Medicina são acompanhados e tratados nos serviços de Genética e Endocrinologia do Hospital. Oftalmologia: o Hospital São Geraldo é referência nacional em Oftalmologia realizando cerca de 3.500 consultas/ mês, oferecendo à população desde a consulta básica até os transplantes de córneas e outras atividades de ponta na área.

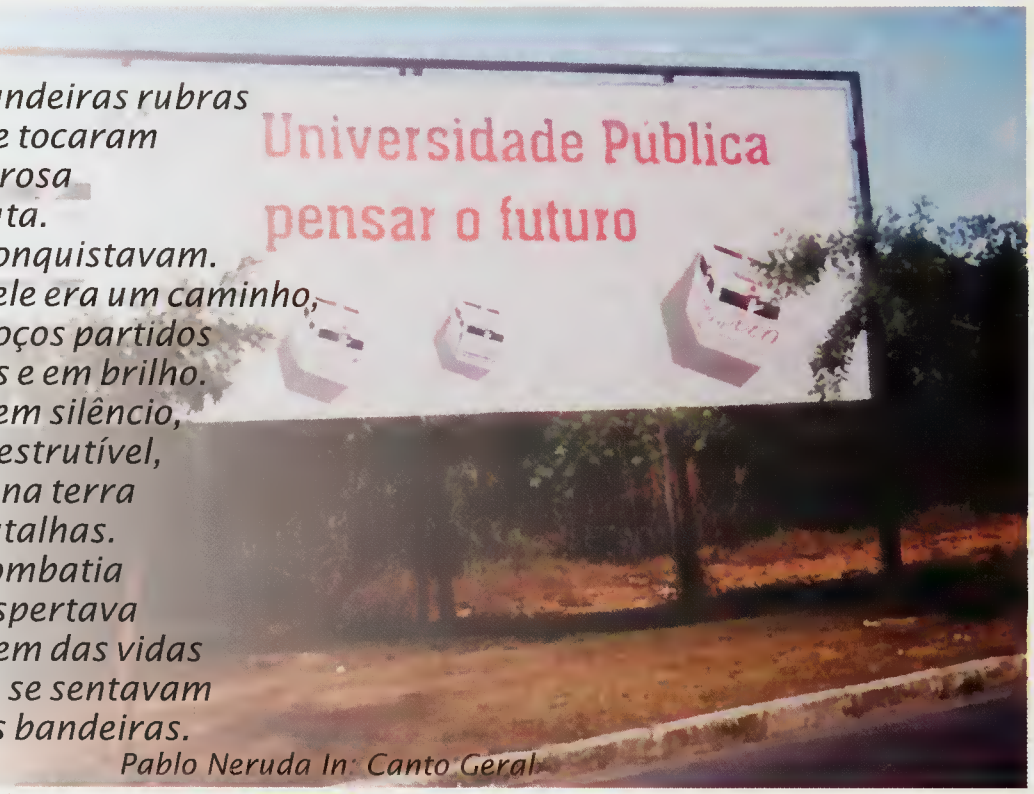
Nos dias 4 e 5 de junho a comunidade do Campus Saúde elegeu para diretor e vice diretor do HC/UFMG os Professores Ricardo Castanheira Figueiredo Pimenta e Ênio Roberto Pietra Pedroso que tomaram posse no dia 1º de julho.

Desde março de 1999, o HC/ UFMG vem desenvolvendo um projeto de reorganização administrativa e gerencial com a criação do Programa Modelo de Gestão de Unidades Funcionais, responsável em conjunto com a Diretoria, pelo processo de planejamento e gerência do Hospital, incluindo captação e alocação de recursos. Ao todo já são 10 Unidades Funcionais implantadas dentro desse novo modelo que prevê a instalação total de 24.

O HC/UFMG foi o primeiro HU a ter um conselho de usuários, criado em maio de 1998. A criação desses conselhos está regulamentada pela Lei Federal 8.142, de 1990. O Conselho de Saúde do HC/UFMG é um órgão colegiado deliberativo, com finalidade precípua de exercer o controle social desse hospital. A APUBH tem quatro membros efetivos e respectivos suplentes na composição do Conselho de Saúde do HC/UFMG.

Débora T.M. Oliveira
Zídia Magalhães
(Departamento de Saúde e Hospital Universitário da APUBH)

O Povo



Passeava o povo suas bandeiras rubras
e entre eles na pedra que tocaram
estive, na jornada fragorosa
e nas altas canções da luta.
Vi como passo a passo conquistavam.
Somente a resistência dele era um caminho,
e isolados eram como troços partidos
duma estrela, sem bocas e em brilho.
Juntos na unidade feita em silêncio,
eram o fogo, o canto indestrutível,
o lento passo do homem na terra
feito profundidades e batalhas.
Eram a dignidade que combatia
o que foi pisoteado, e despertava
como um sistema, a ordem das vidas
que tocavam as portas e se sentavam
na sala central com suas bandeiras.

Pablo Neruda In: Canto Geral

EDITAL REVISTA CAMINHOS NÚMERO ESPECIAL

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG, SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Convocamos todos os integrantes da categoria representados por esta entidade - professores da UFMG ativos e aposentados - para enviarem seus artigos para o Número Especial da Revista Caminhos que será publicada em outubro próximo.

Os artigos deverão ser encaminhados até o dia 09 de setembro para o email: apubh@apubh.org.br ou em disquete para a sede da APUBH e deverão respeitar as seguintes especificações: fonte Times New Roman, tamanho 12, texto justificado, espaço 1,5, com 25.000 a 35.000 caracteres.

Estão convocados também a enviar produções literárias e ilustrativas (charges, desenhos, poesias, ensaios, contos etc) que guardem relação com o tema tratado no número especial da Revista.

Os temas abordados deverão estar dentro dos seguintes eixos temáticos:

- Avaliação do Movimento Docente
- Avaliação da Greve 2001

O Conselho Editorial de Caminhos poderá propor modificações formais nos materiais encaminhados que não signifiquem alterações essenciais do conteúdo para melhor adequá-los às exigências editoriais.

Belo Horizonte, 18 de julho de 2002.

Fernando Fidalgo
Presidente

EDITAL REVISTA CAMINHOS Nº 21

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG, SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Convocamos todos os integrantes da categoria representados por esta entidade - professores da UFMG ativos e aposentados para enviarem seus artigos para o Número 21 da Revista Caminhos que será publicada em outubro próximo.

Os artigos deverão ser encaminhados até o dia 09 de setembro para o email: apubh@apubh.org.br ou em disquete para a sede da APUBH e deverão respeitar as seguintes especificações: fonte Times New Roman, tamanho 12, texto justificado, espaço 1,5, com 25.000 a 35.000 caracteres.

Estão convocados também a enviar produções literárias e ilustrativas (ilustrações, charges, desenhos, poesias, ensaios, contos etc) que guardem relação com os temas tratados no presente número da Revista.

Os temas abordados deverão estar dentro dos seguintes eixos temáticos:

- Carreira e Trabalho Docente;
- Ciência e Tecnologia;
- Política Educacional;
- Universidade e Autonomia;
- Mercantilização da Educação;
- Universidade e Movimento Docente.

O Conselho Editorial de Caminhos poderá propor modificações formais nos materiais encaminhados que não signifiquem alterações essenciais do conteúdo em títulos e passagens de textos para melhor adequá-los às exigências editoriais.

Belo Horizonte, 18 de julho de 2002.

Fernando Fidalgo
Presidente

Tome Nota

Mercantilização da Educação e ALCA

Será realizado de 11 a 18 de agosto nas Universidades Públicas brasileiras a Semana de Educação, Cultura e Arte Contra a Mercantilização da Educação-Soberania sim, Alca não. O evento faz parte da Semana do Estudante na UFMG onde serão realizados debates entre os dias 12 e 14 sempre às 11h, na Praça de Serviços no *campus* da Pampulha sobre os temas: Alca e Soberania; Alca e Economia e Alca e Mercantilização da Educação. Estão confirmadas as presenças de Sérgio Cervantes (Consultor Político da Embaixada de Cuba), Sérgio Miranda (deputado federal do PcdoB), Altamiro Borges (pesquisador do Centro de Estudos Sindicais), Ana Lúcia Gazzola (reitora da UFMG), Felipe Maia (presidente da UNE), Marco Antônio Dias (Universidade das Nações Unidas), Fernando Fidalgo (Presidente da APUBH), João Antônio de Paula (Prof. da FACE/UFMG), Profa. Dirlene Marques (Coord. do Comitê Mineiro do FSM) e Jorge Augusto de Souza (DCE).

Dívida e Soberania

Será realizado no dia 30 de agosto, de 8:30 às 18 h, no Auditório da Reitoria, um debate internacional com o tema: Dívida: uma ameaça à soberania. No momento em que a dívida pública consolidada brasileira ultrapassa R$ 1 trilhão, a vice diretora do FMI, Anne Krueger, aproveitando-se deste momento de brutal endividamento dos países em desenvolvimento, propõe um novo mecanismo de renegociação para as dívidas que significará a intervenção dos credores nas políticas econômicas destes países. Diante disto, o debate a ser realizado em conjunto com outros países da América Latina e Central, discutirá uma alternativa de renegociação da dívida de forma justa e transparente, e que esteja voltada aos interesses dos povos e não somente dos especuladores e investidores, como quer o FMI. Serão palestrantes do evento na parte da manhã, após a conferência de abertura a ser realizada pela reitora da UFMG - Profa. Ana Lúcia Gazzola, em mesa coordenada por Valdemar Servilha (UFMG), Prof. Elias Antônio Jorge (APUBH), Alberto Acosta (Campanha Jubileu - Equador), Oscar Ugarteche (Peru) e Antônio Martins (ATTAC Nacional). Na parte da tarde, em mesa coordenada por João Antônio de Paula (UFMG), estarão presentes: Dércio Garcia Munhoz (prof. UnB), Paulo Gil (Unafisco), Marcos Arruda (PACS - Políticas Alternativas para o Cone Sul), Beverly Keene (Campanha Jubileu - Argentina). Após às 16h haverá um debate com todos os palestrantes, com a coordenação de Maria Lúcia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida/Unafisco). Maiores informações pelos telefones: APUBH: 3441-7211 e UFMG: 3499-5000.

Ciência e Tecnologia

Será realizado entre os dias 11 a 13 de setembro na Universidade Federal do Paraná, o III Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia da ANDES-SN. A soberania de uma nação vincula-se ao desenvolvimento técnico e científico construído para o bem de seu povo. Essa concepção acalenta o sonho brasileiro de autonomia e soberania e o desafio de crescer e resolver os graves problemas sociais no país. Ciência e tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento de uma nação, não só em termos econômicos, mas, sobretudo, humanos. Não existe país que tenha alcançado grau avançado de desenvolvimento sem ter adotado uma política soberana em relação à ciência e tecnologia. Criatividade e capacidade de improvisação constituem características marcantes do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, importantes componentes para o êxito do fazer científico e tecnológico. No entanto, é imperativo que a essas características somem-se uma política e um planejamento consistentes que possibilitem à comunidade científica brasileira gerar resultados que beneficiem a nossa população. Serão temas específicos do seminário: Lei de Inovação Tecnológica; Fundos Setoriais; Institutos do Milênio; Fundação de Amparo à Pesquisa; Lei de Propriedade Intelectual e Política Industrial.

Plebiscito sobre a ALCA

Estão definidas as três perguntas do Plebiscito Nacional da ALCA. São elas: 1) o governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA? 2) o governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA? 3) o governo brasileiro deve entregar parte de nosso território a base de Alcântara para controle militar dos EUA? A decisão saiu da 9ª Plenária Social Nacional, realizada em São Paulo, nos dias 3 e 4 de junho. Representantes de quase todos os estados brasileiros participaram do encontro. Foram propostos outros temas, como a dívida externa e a privatização, mas não houve consenso para incluí-los na cédula. Em 29 de agosto será realizada uma coletiva de imprensa do Grito dos Excluídos e sobre a ALCA.

Fique de Olho

GID

Em mesa de negociação realizada nos dias 7 e 8 de maio ficou definida pelas entidades presentes (ANDES-SN, SINASEFE, CONDCAP, CONCEFET e CONDEF) e pelo MEC/SEMTEC, a minuta de decreto de regulamentação da forma de apuração da Gratificação de Incentivo à Docência (GID), conforme o estabelecido no Termo de Acordo assinado ao final da greve de 2001. Decorridos 50 dias úteis a contar da data da reunião, verificou-se que nenhuma ação foi realizada com vista ao cumprimento do compromisso assumido pelo MEC. Em razão disso, a ANDES-SN, em conjunto com o SINASEFE, protocolou no dia 18 de julho, um documento exigindo que o MEC se pronuncie sobre o referido atraso da publicação do decreto de regulamentação.

Lei 10.480/2002

A Lei 10.480/2002 criou a Procuradoria-Geral Federal, com a finalidade de representar judicial e extrajudicialmente as autarquias e fundações públicas federais. Este é um fato grave, que afronta autonomia assegurada constitucionalmente às autarquias, na medida em que seus procuradores, bem como seu Procurador Geral, ficarão diretamente vinculados à Advocacia Geral da União e às suas diretrizes.

Aconteceu

No dia 15 de junho, na sede da APUBH, um debate dos membros da diretoria com o deputado federal Sérgio Miranda do PCdoB. O deputado fez um panorama geral da conjuntura nacional e internacional destacando o processo político e as próximas eleições nacionais.

Impresso

Boletim apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
R. Artur Itabirano, 70 - São José - BH/MG - 31275 020

Convite

APUBH CONVIDA TODA A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA PARA PARTICIPAR DO

Debate com os Candidatos ao Governo de Minas

DIA: 28/08/2002
HORA: 11H
LOCAL: PRAÇA DE SERVIÇOS DA UFMG
PROMOÇÃO: APUBH, DCE, CAC/UFMG, SBPC.

APUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical do ANDES - SN

